**Ata nº 1.483/2019**

Aos sete dias de agosto de 2019, às 19 horas em Sessão Ordinária sob a Presidência do vereador José Luiz Comin, onde a maioria dos vereadores estavam presentes, destaca-se a ausência da vereadora Arnilde T. S. Kriger. Para compor a mesa diretora o presidente convocou o vereador Márcio André Rossi, para ocupar o lugar de 2º secretário. Após composta a mesa foi levada a votação a ata nº 1.482/2019 da sessão do dia 17 de julho de 2019, a qual foi aprovada por todos os vereadores presentes. Leitura do Ofício nº 0794/2019 da Caixa Econômica Federal. Leitura do ofício nº 108/2019 vindo da Secretaria da Administração. Leitura do ofício nº 109/2019 vindo da Secretaria da Administração. Leitura da Exposição de motivos do Projeto de Lei nº 1.466/2019. Leitura da Exposição de motivos do Projeto de Lei nº 1.467/2019. **Tribuna Popular**: não houve inscritos. Entrando no **Grande Expediente**, a única vereadora a utilizar o espaço da tribuna, foi a vereadora **Odete A. Bortolini**, a qual cumprimentou a todos inicialmente e comentou sobre a aprovação do projeto de lei da Reforma da Previdência em segundo turno, que já aconteceu, foi muito comentado e agora já está aprovado e irá para o congresso. Acredita que as pessoas não são obrigadas a concordar com tudo que a outra pessoa faz ou como ela age simplesmente por ser do mesmo partido político, que quando se escolhe os representantes nem por isso precisa compactuar com tudo, e da mesma forma quando coisas boas são feitas deve-se ter a grandeza de reconhecer quando o trabalho é bem feito. E quando vem de encontro com aquilo que se acredita e pensa, mais ainda. Então trouxe a informação, que leu um artigo publicado no Jornal O Sul, escrito pelo Ex-Governador Germano Rigotto, sabe-se que hoje ele é o Presidente do Instituto Reformar e que ele batalhou muito pelas reformas do país, realizando palestras e colocando suas posições. Ele disse que meias reformas não servem. Em sua opinião acredita que ele está certo, que a gente fica com essa sensação, com esse sentimento também, porque essa reforma da previdência que passou, ela foi “meia boca” perto do que se apresentava, perto do resultado que eles esperavam, mas ao mesmo tempo muito impactante na população assalariada, que são os que mais necessitam. Deveria ter acontecido uma reforma política, pois sabe-se que está difícil. Em seu artigo o ex-governador defende a questão da reforma fiscal, e que não adianta pensarem em falar sobre isto e não envolver os estados e os municípios nesta reforma da previdência, porque se não for envolvidos os estados e os municípios, toda a questão do ente federado como um todo, acaba não tendo a devida proporção, e a gente sabe que se os estados não fizerem uma reforma tributária e previdenciária nos municípios, eles não analisarem as suas contas da previdência interna em questões de algumas décadas, todos enfrentarão os problemas que o país está enfrentando com a Previdência. Então acha que é bom que todos reflitam aquilo que cabe dentro do seu município, pois vai chegar a hora que também terá que se pensar na reforma interna. Intervenção do vereador José L. Comin: questionou a colega vereadora Odete, se a posição do ex-governador era a favor ou contra a reforma da previdência, pois não entendeu direito a colocação. E que nenhum dos deputados que se posicionaram contra a reforma apresentou outra proposta, que seria o ideal. “Arrumar a casa” primeiro, com um reforma política e depois seguir para as outras classes. Voltando ao seu pronunciamento a vereador Odete afirmou que o posicionamento do ex-governador e de que esta seria uma meia reforma, e que na opinião dele deveria ter iniciado uma reforma política primeiro, e depois ter dados continuidade, “mexer nos grandes salários primeiro”. Reforçou que hoje o ex-governador Germano Rigotto não é candidato a nenhum cargo, e que apenas trouxe a matéria, pois achou interessante compartilhar. Intervenção do vereador Adi Scapinello: Afirmou que o que foi colocado pela colega vereadora é a opinião pessoal do Germano Rigotto como pessoa, e não tem nada a ver com siglas partidárias ou deputados. Retomando sua fala a vereadora afirmou que o posicionamento do ex-governador faz refletir sobre o que temos pela frente de reformas necessárias para poder chegar a uma sustentabilidade. Acredita que tudo que vem a contribuir é bem-vindo, e deve ser reconhecido, mesmo não tendo votado no referido governante, como por exemplo, trouxe a informação que esta semana o Governador do Estado Eduardo Leite solicitou um estudo que está preparando junto aso secretários, sobre uma proposta para incluir a educação nos critérios de distribuição do ICMS aos municípios. Afirmou que é obrigada a reconhecer esta decisão, e espera que eles consigam, pois irá contribuir muito com os municípios. Explicou que de todo o ICMS do Estado 75% fica para o uso do estado e 25% dos impostos acabam sendo distribuídos entre os municípios. Destes 25% distribuídos, eles têm um indicador utilizado, onde ele é distribuído de acordo com arrecadação do ICMS entre os 497 municípios, e que têm vários critérios estabelecidos, com várias variáveis. Dentro destas variáveis todas a educação não é um critério para receber esse retorno do ICMS e é isto que ele está propondo, que o retorno seja maior para os municípios que tiverem o índice de desempenho na avaliação da educação pública municipal maior. Sendo assim quanto melhor for o desempenho da educação melhor vai ser a distribuição dos recursos aos municípios. Por isso acredita que deve-se investir muito na educação, pois os retornos virão, como é o caso, se esta proposta for aprovada, o que auxiliará muito os municípios. Entrando na **Ordem do Dia**, foi levado a votação a Projeto de Lei nº 1.467/2019, o qual foi comentado inicialmente pelos presidentes das comissões: Constituição e Justiça – vereador Zelvir A. Santi, Controle Orçamentário – vereadora Marina Panazzolo, após levado a votação, foi aprovado por unanimidade de votos. **Esclarecimentos Pessoais,** não houveram inscritos. **Recados finais:** sem recados. Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a Sessão e foi lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme em seus termos vai assinada pelo Presidente e pelo vereador que compôs a mesa no lugar da 1ª secretária.

Nova Roma do Sul, 07 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

José Luiz Comin - Presidente do Legislativo Márcio A. Rossi – vereador